



O MODO DE INDIVIDUAÇÃO DO SUJEITO NACIONAL E SUA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO¹

Élcio Aloisio Fragoso²

RESUMO

Neste texto – em que refletimos sobre o processo de identificação e o modo de individuação do sujeito pelo Estado nacional, no século XIX, a partir da instituição literária romântica brasileira – trouxemos, primeiramente, o desdobramento teórico que Orlandi (1999) procedeu em torno do conceito de sujeito (a relação entre indivíduo/sujeito), inicialmente, formulado por Pêcheux, na Análise de Discurso, na década de 60. Considerando que ocorre uma individuação histórica da forma-sujeito em função da inserção do sujeito nas relações sociais regidas pelas instituições que são reguladas pelo Estado (Magalhães e Mariani, 2010), fazemo-nos a seguinte pergunta: Como o discurso romântico, prática da instituição literária brasileira, individuava esse sujeito, como nacional, significado como filho da nação brasileira, e não como cidadão, crítico? Esta é a questão norteadora deste trabalho. Em relação ao autor romântico – e partimos, inicialmente, das formulações de Barthes (2004) acerca desta noção – este era individualizado, historicamente falando, como quem estava com a “verdade”, aquele que determinava o sentido da obra, e esse sentido era, evidentemente, o sentido certo, o verdadeiro. Ele tinha direitos sobre o leitor, isto é, o que o autor romântico falava era algo sagrado, inquestionável. A sociedade conferia este prestígio ao autor, em matéria de literatura, no século XIX. Mais do que isso, do ponto de vista da Análise de Discurso pecheuxtiana, este sujeito falava da (ocupava a) posição sujeito-autor da língua nacional.

Palavras-chave: Ideologia, Individuação, Estado, Literatura, Sujeito Nacional.

THE INDIVIDUATION MODE OF THE NATIONAL SUBJECT AND ITS INSCRIPTION IN THE IDENTIFICATION PROCESS

ABSTRACT

In this text – in which we reflect on the identification process and the individuation mode of subject by the national State, in the nineteenth century, from the brazilian romantic literary institution – we brought, firstly, the theoretical unfolding that Orlandi (1999) proceeded around the concept of subject (the relation between individual/subject), initially formulated by Pêcheux, in the

¹ Este artigo resulta de discussões teóricas que temos realizado acerca de questões, tematizadas em nosso projeto de pesquisa intitulado: A produção histórica do conhecimento sobre a língua e sua diversidade, institucionalizado junto à Propesq/UNIR/CNPq.

² Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). elciofragoso@unir.br



Discourse Analysis, in the 60's. Considering that a historical individuation of the subject-form occurs as a function of the insertion of the subject in the social relations governed by the institutions which are regulated by the State (Magalhães and Mariani, 2010), we ask ourselves the following question: How did the romantic discourse, practice of the Brazilian literary institution, individualize this subject, as a national, meaning as a son of the Brazilian nation, and not as a citizen, critical? This is the guiding question of this work. In relation to the romantic author – and we started from the formulations of Barthes (2004) about this notion – it was historically individualized as having the "truth", the one that determined the meaning of the work, and that sense was, of course, the right, the true sense. He had rights over the reader, that is, what the romantic author spoke about was something sacred, unquestionable. Society conferred this prestige on the author, in terms of literature, in the nineteenth century. More than this, from the point of view of the Pecheuxian Discourse Analysis, this subject spoke of (occupied the) the subject-author position of the national language.

Keywords: Ideology, Individuation, Literature, National Subject, State.

1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos a construção do Estado nacional brasileiro, em relação ao acontecimento histórico da nossa independência política (no começo do século XIX), também estamos falando, de uma perspectiva (discursiva) materialista, da relação estabelecida entre os discursos e a sociedade e o modo como estes são histórica e ideologicamente constituídos. Isso nos fez refletir sobre a formação social brasileira, tal qual ela se apresentava em um momento determinado de sua história, o século XIX, em relação ao complexo das formações ideológicas e de suas instituições, para que pudessemos observar o modo específico como os sujeitos se individuavam e se identificavam como brasileiros (cidadãos?) pelo Estado por meio da instituição literária romântica. Sem dúvida, não separado desse processo, Orlandi (1999) nos lembra “o caráter irrecorrível do assujeitamento – qual seja o do indivíduo tornar-se sujeito, assujeitar-se ao simbólico pela ideologia” (ORLANDI, 1999, p. 16).

Convém lembrar que, ainda segundo esta autora, “a forma-sujeito, que resulta dessa interpelação pela ideologia, é uma forma-sujeito histórica, com sua materialidade” (ORLANDI, 1999, p. 15).



Nesse sentido, não é de uma literatura que se apoiava na concepção de linguagem enquanto instrumento que tinha a função de expressar/exprimir sentimento que tratamos neste artigo. A instituição literária romântica brasileira praticava um discurso, isto é, colocava em funcionamento certos sentidos e não outros. Prática discursiva que estamos compreendendo aqui, como uma das práticas sociais em que vemos a relação entre o Estado e a forma de individuação e do processo de identificação desse sujeito nacional.

2 SOBRE A INDIVIDUAÇÃO DO SUJEITO NACIONAL

Passamos, então, para o desenvolvimento de nossas questões, para as reflexões que realizamos em torno de nosso objeto de estudo e, por fim, para a discussão de nossas hipóteses iniciais. Este texto apenas trouxe algumas inquietações sobre a temática proposta e nossas primeiras formulações teóricas (e analíticas), à luz da Análise de Discurso (conforme os trabalhos de Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil), no sentido de compreender o modo de individuação do sujeito nacional pelo Estado, em sua relação com a instituição literária brasileira, no século XIX.

Vejamos, como Orlandi (2017), em seu livro “Eu, tu, ele: discurso e real da história” – refletindo sobre a individuação dos sujeitos ligada à questão dos discursos eletrônicos, das tecnologias, na conjuntura capitalista contemporânea e seus efeitos sociais – tem compreendido o que ela chama de modo de individuação dos sujeitos:

Sobre a individuação dos sujeitos, noção em que venho trabalhando já há algum tempo, devo dizer que me tem trazido uma melhor compreensão das diferentes posições-sujeito, de processos de identificação e dos modos do Estado trabalhar os sujeitos socialmente com suas instituições e discursos (ORLANDI, 2017, p. 329).

Aquilo (e estamos falando do discurso romântico brasileiro) que de uma perspectiva literária, se apresentava, empiricamente falando, como o estilo literário romântico (transparente), para nós, na verdade, constituiu uma prática social e discursiva (histórica) que participava da construção histórica da



identidade e do processo de subjetivação do sujeito nacional (portanto, de sua individuação)³.

A maneira como o autor romântico se referia à nação brasileira⁴ no discurso de Iracema não deve ser tomada como sendo uma relação particular/direta/evidente entre a linguagem e seu referente, mas, sim, como sendo determinada pela formação discursiva romântica e pela posição que este sujeito era chamado para ocupar no interior dessa formação discursiva, heterogênea em si mesma. Dessa posição sujeito, o autor romântico interpretava a sua nação e a língua que a individualizava, filiado a redes de memória em que tanto o Brasil, quanto a sua língua são imaginariamente representados no seu discurso como naturalizados, ou seja, em suas formas originais.

O discurso romântico brasileiro, tal como foi formulado por Alencar em sua produção discursiva literária (escritura), e que tomamos como exemplo neste trabalho a sua obra Iracema, evidenciava um sujeito individuado pelo seu “modo natural de ser” e uma interpretação “pessoal”, “subjetiva” de seu referente. Resulta daí o que temos afirmado algumas vezes em outros trabalhos, a evidência ideológica sob a qual a língua nacional (natural e espontânea, idêntica a si mesma) e o sujeito nacional (também natural e espontâneo) se constituíam no discurso de Iracema. É importante ressaltar que, não estamos falando de uma subjetividade⁵ intrínseca ao sujeito e nem de uma naturalidade inerente à língua nacional. Estamos realçando que o discurso

³ De nossa perspectiva, o discurso romântico brasileiro constitui-se em uma formação discursiva. Segundo Orlandi, (1999, p. 21), “a formação discursiva – lugar provisório da metáfora – representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela, o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação”. Essa reflexão será de muita relevância para nossa questão aqui levantada neste capítulo.

⁴ Estamos falando da construção discursiva desse referente e não de um referente empiricamente já dado. Dessa forma, o sentido de nação não deve ser entendido como essência, mas sim como sendo histórica e ideologicamente determinado, conforme já dissemos em outros momentos nesse trabalho. O sentido de nação aqui está ligado ao “sentimento” de amor, uma relação natural entre o sujeito e a nação.

⁵ É sabido que a análise de discurso constitui-se em uma teoria não subjetivista da subjetividade (Pêcheux, 1995, p. 133).



de Iracema, de José de Alencar, construía uma subjetividade – como a “marca” da individualidade própria, tanto do sujeito como de sua língua – que se apresentava como evidente, quando na verdade, como vimos em nossas análises, tratava-se de um efeito de sentido, determinado histórica e ideologicamente.

Esse modo de individuação do sujeito nacional pela instituição literária romântica – um dos lugares de representação do poder do Estado – constituía um sujeito subjetivo, isto é, a ilusão de um sujeito que tinha um “mundo interior” (individualista). Esse subjetivismo era a nossa característica natural porque estava ligado a nossa origem, ao modo natural de ser, atribuído aos indígenas. Ao individuar o brasileiro (?) desse modo, vemos que o Estado instituiu uma identidade brasileira ligada à natureza, amarrando, assim, o Brasil e o brasileiro a uma identidade natural. Nessa direção, o brasileiro era individuado como aquele cuja identidade era simples, rude, precisando, portanto, de uma educação formal, por meio da qual ele se tornaria um “cidadão brasileiro”, um “civilizado”. Enfim, era essa exclusão do brasileiro, que não estava visível no discurso romântico de Iracema e que queremos explicitar com nossas reflexões. Este sujeito, individuado como nacional, (como) aquele que amava sua nação, não era significado como um cidadão, crítico, pertencente a esta nação.

A formação discursiva romântica naturalizava a relação entre o sujeito e a sua língua pela subjetividade (identidade), tomada como sendo inerente ao sujeito e à língua nacional. É dessa forma que podemos falar em uma identidade historicamente constituída para o brasileiro pela formação discursiva romântica. O brasileiro, então, é quem fala esta língua espontânea e quem tem amor/orgulho de seu país. Esse nacionalismo idealista, ideologia dominante que determinava este sentido para o discurso de Iracema, individuava o sujeito como brasileiro ao mesmo tempo em que o subordinava a um regime de unidade de política linguística (que assegurava a unidade imaginária do Estado-nação brasileiro) que o colocava como aquele que não sabia a sua própria língua: a portuguesa. Esse nacionalismo apagava sob quais determinações esse sentido se constituía e se instituía como transparente.



A subjetividade do sujeito, em análise de discurso, está ligada aos processos de interpelação, que é ideológica. Só se é sujeito por e pela ideologia. É dessa forma que entendemos que o sujeito se subjetiva. A subjetividade em análise de discurso é sempre ideológica e compreender este processo de subjetivação, considerando a instituição literária e o saber literário que ela legitima, em relação à construção do Estado nacional, na segunda metade do século XIX, é falar desse processo de individuação do sujeito nacional pelo Estado. Por esta via de reflexão, estamos refletindo sobre o modo de individuação e o processo de identificação do sujeito nacional do século XIX, com base nas formulações de Orlandi (cf. ORLANDI, 1999).

Devido à temática desse artigo, fomos levados a fazer algumas reflexões mais amplas sobre a noção de sujeito no âmbito da Análise de Discurso, especificamente falando, tal como esta noção vem sendo retomada (e trabalhada) por Orlandi (1999a). Esta autora, com suas pesquisas e reflexões, no Brasil, fez avançar muitos dos conceitos inicialmente formulados por Pêcheux. É o caso de exemplificarmos com a forma como Orlandi (idem) deu desdobramento ao conceito de sujeito (a relação indivíduo/sujeito), na Análise de Discurso. Já é bem conhecida nossa, a formulação seguinte, encontrada nos trabalhos de Althusser (1985, p. 93): “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. Nos estudos de M. Pêcheux (1975), estão criticadas por meio desse processo de interpelação duas formas de evidências: a da constituição do sujeito e a do sentido. Nos termos de Orlandi (1999a), com base em Pêcheux:

Crítica feita pela teoria (materialista) do discurso à filosofia idealista da linguagem que se apresenta quer sob o modo do objetivismo abstrato (a língua como sistema neutro, abstrato), ou do subjetivismo idealista (o sujeito como centro e causa de si) (ORLANDI, 1999, p. 12).

A passagem que segue vem elucidar o que estamos dizendo:

Além disso, não podemos deixar de chamar a atenção aqui que, em Pêcheux (1975), e no que construímos em nossa teorização da relação indivíduo/sujeito, na análise de discurso, o indivíduo precede o sujeito em seu processo de interpelação, que constitui o sujeito. Depois, uma vez constituído o sujeito é que temos a individualização desse sujeito pelo Estado que vai construir as posições sujeito uma



vez realizada sua inscrição nas formações discursivas (que, não esqueçamos, são o reflexo, no discurso, das formações ideológicas) (ORLANDI, 2011, p. 10).

Orlandi, em Conferência publicada em Anais, no II SEAD (2005), perguntava-se pelo modo como se dava a resistência no sujeito. Para pensar nessa questão, a autora nos apresentava o sujeito contemporâneo e a sua forma histórica. Ou seja, o modo como a interpelação em sujeito capitalista – o sujeito da contemporaneidade – fazia intervir o direito, a lógica, a identificação. Ela continua nos dizendo que nessa forma-sujeito histórica, não há separação entre exterioridade e interioridade, embora, para o sujeito essa separação continuasse a ser uma evidência sobre a qual ele construía, duplamente sua ilusão: a de que ele é a origem de seu dizer e a da literalidade (evidência) do sentido (ORLANDI, 2005). Para a autora em questão:

A compreensão dessa articulação de noções mostra a maneira como a subjetividade leva ao equívoco da impressão idealista da origem em si mesmo do sujeito. Sujeito ao mesmo tempo livre e responsável, determinador e determinado (ORLANDI, 2005, p. 3).

É neste ponto que Orlandi (1999a) propõe que se pense dois momentos no movimento desta compreensão:

1. Em um primeiro momento temos a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo (que chamaremos indivíduo em primeiro grau – I1), afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. É assim que podemos dizer que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e mestre do que diz. Expressão de uma teoria da materialidade do sentido que procura levar em conta a necessária ilusão do sujeito de ser mestre de si e de sua fala, fonte de seu dizer. Temos acesso assim ao modo como, pela ideologia, afetado pelo simbólico o indivíduo é interpelado em sujeito. A forma sujeito, que resulta dessa interpelação pela ideologia é uma forma-sujeito histórica com sua materialidade. A partir daí, com essa forma sujeito já constituída podemos observar outro momento desse processo.
2. Se pensamos a relação do sujeito com a linguagem como parte de sua relação com o mundo, em termos sociais e políticos, uma nova perspectiva nos permite, então, compreender um segundo momento teórico: nesse passo, o estabelecimento (e a transformação) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e à transformação) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado (cf. os trabalhos de Michel Foucault).



Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde que individualiza a forma-sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção dos sentidos. Portanto o indivíduo, nesse passo, não é a

unidade de origem (o indivíduo interpelado em sujeito – I1) mas o resultado de um processo, um constructo, referido pelo Estado (teríamos então o I2, ou seja, indivíduo em segundo grau) (ORLANDI, 1999, p.15).

É esta a compreensão que desenvolvemos aqui, neste texto, acerca da constituição do sujeito que estamos problematizando neste trabalho: o sujeito-autor romântico, para também refletirmos sobre o modo de individuação do sujeito nacional, em que a instituição literária teve papel decisivo nesse processo.

No processo histórico de construção do discurso romântico brasileiro, podemos afirmar que na relação com a construção do Estado brasileiro, a posição sujeito de autor (literato) era individualizada, que passava a se identificar também com a autoria da língua nacional, ou seja, como autor da língua nacional (aquele que estava autorizado a interpretar essa língua para a sociedade).

O discurso romântico, pensado enquanto um discurso institucionalizado, construía o efeito de unidade do Estado brasileiro (um de seus lugares), ele era, portanto, lugar do poder do Estado. Desse modo, o discurso romântico era espaço de demanda de identidade, isto é, espaço significado politicamente e que, por isso, inscrevia o processo de identidade no discurso institucional do Estado: o cidadão brasileiro.

Acontece que no discurso romântico, o brasileiro – o indígena – não era visto como um cidadão, individuado e significado pelo Estado enquanto tal, mas sim como filho desta nação e que a amava acima de tudo. A nosso ver, essa relação nacionalista que o discurso romântico constituiu entre o brasileiro e sua terra natal é a relação histórica e ideologicamente determinada que nos interessou descrever/interpretar neste artigo. Importa-nos observar como, neste determinado momento de nossa história, emergia fortemente esta questão referente a nossa identidade nacional (língua, nação e sujeito), e como o Estado com suas instituições, no nosso caso específico, a literária, individuava



a nossa língua, a nação brasileira e o sujeito, nesse processo de identificação em que jogava a própria construção da unidade do Estado nacional.

Ser brasileiro não era algo evidente, idêntico ao indivíduo (sujeito), nesse sentido, o discurso romântico trabalhava a construção deste brasileiro, ou seja, deste indivíduo brasileiro, por meio do processo de identificação e de individuação do sujeito, pelo Estado.

Se pensarmos no processo de construção do Estado brasileiro e de suas instituições, na segunda metade do século XIX, como temos frisado neste estudo, nossa questão aqui é a de compreendermos como se dava o processo de identificação (e o modo de individuação) do sujeito como brasileiro na materialização do discurso romântico, recortando o discurso de Iracema como nosso *corpus*, em relação ao Estado: como é que o sujeito se individuava (se identificava) como brasileiro nesse processo histórico, em que se construía a evidência de um “eu” que se identificava com a natureza, com o estado natural de nossa terra, com a pureza que este estado natural representava? Parece-nos que o discurso de Iracema, considerado aqui enquanto uma prática discursiva em que a materialidade do Estado era representada e significada, constituía um “eu”, vinculado ao sentido de bondade, de bravura. Estes sentidos estavam intrinsecamente ligados à constituição desse “eu”, da identificação entre o “eu” e o ser brasileiro. Esse “eu” era constituído em relação a uma interioridade – ilusão subjetivista do sujeito – que em nossa análise a compreendemos como o modo de individuação do sujeito pelo Estado. Falar dessa relação natural significada pelo discurso literário romântico (no caso aqui, Iracema), concernente à construção da identidade brasileira, levou-nos a refletir sobre a construção da evidência de um “eu” que coincidia consigo mesmo. Entretanto, era na relação com a natureza e suas belezas, da qual o próprio indígena fazia parte, que podíamos observar a constituição de uma identidade própria ao brasileiro. Sabemos também que nessa identidade estava significada a contradição de evidenciá-la como homogênea e idêntica a si mesma, quando na verdade, vemos que se tratava de um processo histórica e ideologicamente determinado.



Em relação à formação social brasileira e dada a sua formação ideológica do século XIX, podemos verificar o lugar que a instituição literária ocupava, ligada à construção política do Estado-nação brasileiro. Esta instituição era parte do modo como, no século XIX, a sociedade brasileira se organizava e materializava suas relações. Esse dado momento de sua história correspondia à construção do Estado-nação brasileiro. Dessa maneira, podemos dizer que o discurso de Iracema, inscrito na formação discursiva romântica, heterogênea em si mesma, constituía a subjetividade que, como vimos em nossas análises, funcionava como inerente ao sujeito. O discurso de Iracema individuava o sujeito nacional por meio de uma subjetividade que o identificava com o seu país. Estamos falando do processo de identificação estabelecido entre o sujeito e a formação discursiva romântica, pela instituição literária que o individuava como brasileiro apenas por ser filho desse país e não por fazer parte historicamente da constituição do Estado brasileiro. Essa subjetividade, portanto, era histórica e ideologicamente determinada, não sendo inerente ao brasileiro, mas que estava ligada ao modo como este era individuado pelo Estado na segunda metade do século XIX. É dessa forma que vemos o modo de individuação do sujeito nacional pelo discurso de Iracema. Enfim, no caso do discurso de Iracema, o sujeito nacional era individuado como um sujeito dotado de sentimento, expressão natural, primitiva, original, em referência ao indígena e sua inocência natural.

A individuação desse sujeito nacional, governado pelo coração, pelo sentimento de pureza, refletia as ideologias em relação de contradição, em que língua/sujeito/sentido constituíam-se ao mesmo tempo, sob a evidência de um efeito de sentido único, homogêneo, instituído pela formação discursiva romântica, na relação contraditória com outras formações discursivas.

Desse modo, o brasileiro era individuado (identificado) nesse processo, em relação a uma memória que regulava os sentidos produzidos pela formação discursiva romântica brasileira, conforme já assinalamos aqui. A identificação com esta formação discursiva e não outras (com as quais ela se relacionava contraditória e constitutivamente) era o que determinava o modo de individuação do sujeito nacional.



Nossas reflexões acerca do discurso (romântico) produzido no Brasil, no âmbito da instituição literária, na segunda metade do século XIX, levou-nos a compreender a tensão entre a descrição e a interpretação, inscrita na materialidade deste discurso, com base nos escritos de Pêcheux (1990), em seu livro “O discurso: estrutura ou acontecimento”. Assim, nosso interesse consistiu mais em querer analisar a interpretação que está investida neste discurso do que em querer saber do que este discurso falava. O discurso romântico brasileiro, portanto, imprimia uma interpretação ao seu referente, ao falar de uma posição e não de outra. É essa interpretação que procuramos compreender ao longo deste trabalho. Ou seja, este discurso estava ligado a certas redes de memória que constituíam o sentido que era dado como evidente. Essas mesmas redes de memória constituíam as filiações históricas nas quais se inscreviam os sujeitos em processos de identificação em que estes mesmos sujeitos se individuavam.

CONCLUSÃO

O discurso romântico, como já dissemos, materializava a unidade do Estado brasileiro, da língua nacional, na segunda metade do século XIX. Ao refletirmos sobre o processo de identificação (e de individuação) do sujeito, nesse determinado momento da história de nossa formação social, vimos que era a unidade ideológica da burguesia que era construída. A instituição literária, por meio de seu discurso (o romântico), era um dos lugares em que esta unidade era construída. A quem interessava este discurso social e como ele era significado nessas relações de poder que refletiam as contradições entre as formações discursivas, correspondentes às formações ideológicas da época? Este discurso toma uma posição, ou seja, ele tem uma posição bem definida, a da burguesia que ascendia – uma escritura que materializava essa “unidade burguesa”. Desse ponto de vista, a instituição literária, com sua prática discursiva e social, individuava o brasileiro, considerando a relação entre o Estado e suas instituições e discursos, como ligado naturalmente a sua nação, a sua terra natal, e inscrito numa posição (ideológica) idealista, ufanista, utópica em que não trabalhava o sentido da crítica, da cidadania nesse



processo (de identificação e do modo de individuação do sujeito nacional pelo Estado).

Em relação à *Iracema*, vimos que este discurso não individualizou o indígena como tendo uma história de resistência, de luta, e que teve suas próprias línguas excluídas e esquecidas, ao longo de todo o processo histórico da colonização. Ao invés disso, o discurso de *Iracema* direcionava uma interpretação, que sob o efeito do poético, naturalizava sentidos para a relação que se estabelecia entre os portugueses e os indígenas, no século XVI. Ao referir-se ao indígena de forma poética, realçando sua naturalidade, bondade, coragem, inocência, enfim, como um herói, Alencar individuava o indígena de forma romantizada exaltando sua força, discurso este que o colonizador justificava a necessidade de colonizar os indígenas, um povo primitivo, não civilizado. O discurso de Alencar não se deslocava dessa memória colonialista. Ela era reformulada em seu discurso. Desse modo, podemos afirmar que o indígena continuava excluído no discurso de *Iracema* e do Estado brasileiro, no século XIX. Ele não era significado enquanto um indivíduo que resistia à dominação que lhe era imposta desde a época colonial. Ele era significado como o nativo que habitava a natureza exuberante e não como um indivíduo pertencente a uma minoria que ao longo da história foi sendo excluída de sua própria terra. Em *Iracema*, temos a narratividade de uma memória que se atualiza no acontecimento da discursividade literária romântica.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. ***Iracema***. Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional – departamento Nacional do Livro. [online] Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/iracema.pdf. Acesso em: 24 set. 2017.

ALTHUSSER, L. ***Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado***. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, 1974.

_____. ***Aparelhos ideológicos do Estado***. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BARTHES, R. ***O rumor da língua***. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Revista Culturas & Fronteiras - Volume 1. Edição Especial - Setembro/2019
Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas - GEIFA /UNIR
Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/index/user>



FRAGOSO, É. A. **A Relação entre Língua (Escrita) e Literatura (Escritura) na Perspectiva da História da Língua no Brasil.** Dissertação de Mestrado, IEL, Unicamp, 2001.

MAGALHÃES, B. e MARIANI, B. **Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente.** In: Linguagem em (Dis) curso, Palhoça, SC, v. 10, nº 02, p. 391-408, maio/ago. 2010.

ORLANDI, Eni. **Do sujeito na história e no simbólico.** In: Escritos: linguagem, cidade, política, sociedade – Contextos epistemológicos da análise de Discurso, nº 04, LABEURB – NUDECRI – UNICAMP, 1999.

_____. **O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo.** In: Anais do SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Conferência proferida, Porto alegre: UFRGS, 2005.

_____. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. In: **Com Ciência: Revista eletrônica de Jornalismo Científico.** Campinas, LABJOR – UNICAMP, 2017.

_____. Prefácio. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas.** Campinas: Editora RG, 2011.

_____. **Eu, tu, ele – discurso e real da história.** Campinas: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** São Paulo: Pontes, 1990.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Editora da Unicamp, 1995.